

INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESNUTRIÇÃO INFANTIL EM ANGOLA: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

FOOD INSECURITY AND CHILD MALNUTRITION IN ANGOLA: A LOOK AT PUBLIC ASPECTS

Mário Adelino Miranda Guedes ¹

RESUMO

A desnutrição é uma das causas mais frequentes da mortalidade infantil no mundo e em Angola em particular, ainda que algumas vezes esteja mascarada por patologias daí decorrentes. **OBJECTIVOS:** - Compreender o impacto das políticas públicas sobre a desnutrição infantil no contexto angolano. **MÉTODO:** - Pesquisa bibliográfica, exploratória e documental com a abordagem qualitativa, na qual foram analisados artigos, periódicos, documentos que faziam referência da temática no período amostral dos últimos 5 anos. **RESULTADOS:** Os resultados do estudo baseados na análise dos artigos selecionados convergem no sentido de que o elevado índice de desnutrição infantil resultam da pobreza, inacessibilidade das famílias aos bens de primeira necessidade, a insegurança alimentar, assim como os desequilíbrios que se observam na concepção, implementação, execução e avaliação de políticas públicas direcionadas a primeira infância, o que leva com que a mesma afete 2 milhões de crianças angolanas (38%) da população infantil menores de 5 anos, sendo que, 65% das mesmas padecem de anemia crônica devido a má-nutrição. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** - A desnutrição infantil permanece um grave problema de Saúde Pública em Angola, indicando dificuldades adicionais para o enfrentamento do problema. **SUGESTÕES:** Que se mantenham as ações no domínio das políticas públicas que viabilizem a redução da insegurança alimentar através de políticas inclusivas, sustentáveis e integradas no domínio da atenção a saúde, a nutrição e a renda familiar.

PALAVRA-CHAVE: Desnutrição Infantil; Angola; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Malnutrition is one of the most frequent causes of infant mortality in the world and in Angola in particular, although it is sometimes masked by the resulting pathologies. **OBJECTIVES:** - Understand the impact of public policies on child malnutrition in the Angolan context. **METHOD:** - Bibliographic, exploratory and documentary research with a qualitative approach, in which articles, periodicals, documents that referred to the theme in the sample period of the last 5 years were analyzed. **RESULTS:** The results of the study based on the analysis of selected articles converge in the sense that the high rate of child malnutrition results from poverty, inaccessibility of families to basic necessities, food insecurity, as well as the imbalances observed in the conception, implementation, execution and evaluation of public policies aimed at early childhood, which means that it affects 2 million Angolan children (38%) of the child population under 5 years old, with 65% of them suffering from chronic anemia due to malnutrition. **FINAL CONSIDERATIONS:** - Child malnutrition remains a serious public health problem in Angola, indicating additional difficulties in dealing with the problem. **SUGGESTIONS:** Keep actions in the field of public policies that make it possible to reduce food insecurity through inclusive, sustainable and integrated policies in the field of health care, nutrition and family income.

KEYWORDS: Child malnutrition; Angola; Public Policy.

¹ Doutorado em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University; Mestre em Ciências da Educação pela Unixavier-Tiradentes; Licenciado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-mail:** marioguedes1973@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1330937429134229.

INTRODUÇÃO

Desnutrição é o desequilíbrio celular entre o suprimento de nutrientes e energia que demanda do organismo para garantir o crescimento, desenvolvimento e manutenção de funções específicas, (RAMIREZ 2017).

É uma doença de natureza clinico-social multifatorial cujas raízes se encontram na pobreza, assim, a desnutrição grave acomete todos os órgãos da criança, tornando-a crônica e levando a óbito, caso não seja tratada adequadamente, (TUBIAS 2022).

É responsável por um terço de óbitos em crianças nos países em desenvolvimento com maior incidência para a África Subsaariana, onde esta cifra atinge os 55% dos casos de morbimortalidade infantil. É um dos indicadores de maior relevância para constatar os desequilíbrios sociais em determinada localidade assim como a eficiência da concepção, execução e estruturação de políticas públicas de governos. A população infantil é um grupo vulnerável, pois, como há déficit nutricional, o corpo da criança começa a consumir seus próprios tecidos para obter os nutrientes necessários que estão sendo perdidos. Os países onde a prevalência da desnutrição é superior ou igual a 35% da população total, são respectivamente, Angola, Burundi, Chade, Eritreia, Etiópia, Haiti, Libéria, Madagáscar, Moçambique, República Centro Africana, República Democrática do Congo Ruanda, Zâmbia entre outros.

A situação epidemiológica da desnutrição em Angola, permite aferir que o país figura entre os 20 países onde morrem mais crianças menores de 5 anos na ordem de 81 por cada 1000 crianças nascidas vivas, a insegurança alimentar se manifesta na forma de obesidade e da desnutrição, na qual afeta cerca de 2 milhões de crianças menores de 5 anos de idade, na forma crônica, sendo que ela está sempre associada ao problema da insegurança alimentar. Importa realçar que, no país a desnutrição infantil é muito frequente nas

províncias de Luanda, Zaire, Cuanza Sul, Huambo, Cunene, Huila, Benguela e Moxico.

Acrescer a esta situação, está o facto de a região sudoeste de Angola, correspondente às províncias do Cunene, Namibe, Huila e Cuando Cubango terem registadas casos graves de desnutrição crônica na população geral e infantil em particular, afetando também o gado bovino, devido à estiagem (seca) que afeta esta região, provocando igualmente o êxodopopulacional para a vizinha república da Namíbia em face de insegurança alimentar que afetava a região, assim como o abandono escolar de milhares de crianças. Segundo o Inquérito dos Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS) do Instituto Nacional de estatística, correspondente ao período amostral (2018 -2021), aponta que Angola possui uma taxa de prevalência da desnutrição geral de 38%, sendo que 65% correspondem as crianças menores de 5 anos de idade.

Do ponto de vista de políticas públicas do estado angolano no controle e tratamento da desnutrição infantil, o país conta atualmente com 67 centros terapêuticos e cerca de 400 postos de atendimento nutricional em ambulatório foram encerrados devido à crise econômica que o país atravessa. Dados do Ministério da Saúde (2020), o país registava naquele ano, a morte de duas crianças menores de 5 anos de idade por hora devido a fome e a insegurança alimentar e um total 8413 mortes num universo de 76.480 crianças desta faixa etária que deram entrada nos hospitais públicos.

Com a realização deste estudo se pretende analisar a desnutrição infantil em Angola, um país localizado na África Subsaariana, com 32 milhões de habitantes das quais 5 (16,6%) milhões são crianças abaixo dos 5 anos de idade, enfocando seus aspectos nutricionais, sociais e de Saúde Pública, assim como as determinantes sociais e económicas que contribuem para o seu agravamento, e as políticas públicas de estado direcionadas para estas crianças.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica, documental, exploratória, com a abordagem qualitativa, na qual se procurou através da consulta bibliográfica analisar a situação da desnutrição de crianças menores de 5 anos de idade em Angola, no período amostral entre 2017 a 2022 e o as políticas públicas do estado.

Para tal, foram selecionados artigos científicos, periódicos, jornais, livros e outras publicações que refletem a temática envolta do estado atual do fenômeno da desnutrição nas mais distintas formas de manifestações. Foram incluídos na mesma, todos aqueles trabalhos de maior relevância científica, quanto à atualidade, pertinência assim como fundamento teórico-científico na sua análise. Os resultados da pesquisa foram todos analisados qualitativamente. Para a discussão dos resultados do estudo, foram elencados os resultados das pesquisas selecionadas, posteriormente estruturados e comparados em função do autor, periódico, ano de publicação, local de publicação assim como o tipo de metodologia aplicada para constatar os resultados das mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo foram consignados com base na leitura e análise dos estudos selecionados por meio do critério da relevância e pertinência das abordagens feita por cada autor. Os estudos em referência foram consignados em estudos científicos 1, 2, 3, 4 e 5 (EC1... 5). As modalidades de análise dos mesmos obedeceram ao autor, o ano de publicação, a temática, o local de publicação, o tipo de pesquisa realizada. A discussão dos resultados se baseou na comparação das conclusões constatada por cada autor.

No estudo científico 1 (EC1) de Flávio 2019, o autor faz reflexão da problemática da desnutrição no contexto geral e da desnutrição infantil de uma maneira particular. Em sua análise, o autor faz uma incursão na temática da fome e a desnutrição, integrando tal abordagem no contexto dos direitos humanos

consagrados universalmente. Porém, o mesmo debruça-se sobre a fome e a insegurança alimentar, referindo que o direito a alimentação deve ser realizado para cada homem, mulher e criança, de forma isolada ou em companhia dos outros, de forma ininterrupta e abrangente.

Todavia, o direito a alimentação adequada deve ser resolvido de maneira progressiva e não pode ser interpretado em um sentido restrito que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias e outros nutrientes. Este direito ser indivisivelmente ligado à dignidade inerente a pessoa humana e, é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na sua carta universal.

A reflexão de Flávio é corroborada por Tubias (2022), numa abordagem sobre a desnutrição e cidadania como um fator representativo da Saúde Pública na Zambêzia, uma abordagem física sociológica da desnutrição infantil. Na perspectiva do autor, a desnutrição infantil tem determinantes multicausais, onde despontam as condicionantes biológicas e sociais que se relacionam com o atendimento ou não de suas necessidades básicas, como a saúde, saneamento básico, educação e alimentação.

No estudo científico 2 (EC2), de Joel (2022), consignado a abordagem do estado nutricional de crianças, o autor referia que o fenômeno da desnutrição infantil deve ser abordado num contexto multidimensional, observando sempre ao facto deste quadro ocorrer quando o aporte de alimentos for insuficiente para suprir as necessidades nutricionais, chamando a atenção que quando persistir uma má abordagem deste fenômeno a mesma pode ser responsável por mais de 1/3 das mortes de crianças menores de 5 anos de idade em todo o mundo. Este pensamento é refletido na perspectiva de Vinicius (2017), aquando de sua análise sobre a desnutrição infantil em Angola, na qual o autor referia que a situação da desnutrição nas suas variadas formas de apresentação e manifestações devia ser encarada numa vertente

multidimensional, onde a participação de outros sectores jogava um papel preponderante, ao invés de ser abordada na forma casuística como ocorre na atualidade.

É sabido que, a falta de recursos financeiros que impossibilitam muitas famílias de adquirir uma cesta básica, a assistência médica inadequada, o desemprego, o êxodo populacional, a pouca atenção na concepção, execução, e avaliação de políticas públicas ligadas à atenção à primeira infância são considerados determinantes importantes para a saúde infantil no geral e a desnutrição em particular.

No entanto, a falha na consecução dos determinantes de saúde, podem ter implicações na segurança alimentar, uma vez que, afetemos acessos físicos, socioeconómico, sociocultural das crianças e suas famílias na possibilidade de satisfação da contínua necessidade de nutrientes.

O estudo científico 3(EC3) de Ferreira (2018), fazalusão da desnutrição numa perspectiva preventiva. O autor esclareceu que, a dieta balanceada, assim como o acompanhamento médico, são fundamentais para evitar a desnutrição infantil. Quando a desnutrição infantil se apresenta na infância, as consequências podem ser graves. Nesta perspectiva, Ferreira elenca alguns aspectos ligados à prevenção da desnutrição infantil tal como: esclarecer a família sobre as causas e consequências da doença. Desde a gestação, os pais devem ser orientados sobre o aleitamento exclusivo até os seis meses de idade e complementar até os dois anos, assim como a dieta ideal na hora de introduzir alimentos sólidos na alimentação.

Os pressupostos ligados à prevenção da desnutrição infantil encontram acolhimento em Sani (2022), aquando de sua abordagem sobre a desnutrição, na perspectiva conceitual, manifestações clínicas e prevenção, a autora apontava bases de prevenção como: A não interrupção precoce do aleitamento materno, não inserção precoce de alimentos sólidos, fazer consultas periódicas, combater a parasitose intestinal assim como

o desenvolvimento de políticas públicas de combate a fome e a pobreza extrema.

O estudo científico 4, consignado como (EC4) de Marta (2020), faz alusão ao impacto que a crise económica representa sobre as políticas públicas voltadas a atenção a primeira infância e o seu impacto sobre a desnutrição infantil em Angola. Na sua reflexão, estabeleceu a correlação entre o advento da pandemia da Covi – 19 como fatores agravantes quer da crise económica assim como da desnutrição infantil no país. Para a autora, em 2020, citando dados da UNICEF, 65% das crianças menores de 5 anos de idade em Angola, sofriam de anemia crónica resultante da desnutrição grave, o que pode estar associada a dieta pouco diversificada, sem a introdução de alimentos ricos em nutrientes, encontrando nessas famílias uma renda menor que mil Kwanzas diária.

A falta de acesso aos serviços de saúde, as ações do governo de modo poder apoiar os efeitos da pandemia da Covid -19, a falta de engajamento de projectos comunitários das famílias para a utilização de alimentos localmente disponíveis, foram colocados num plano de subalternização em função da Covid– 19, fazendo com que em 2020, morria diariamente 46 por cada 1000 crianças com problemas resultantes da desnutrição infantil.Os pressupostos de Marta têm acolhimento em Ângela (2020), que referia numa análise sobre a desnutrição infantil e seu significado social, alertando que este fenómeno, não pode ser explicado exclusivamente nos seus contextos clinico, mas os aspectos socioeconómicos desfavoráveis devem ser eliminados para que a desnutrição seja tomada como algo impossível de superar ou como uma fatalidade inevitável.

O estudo científico 5 com a abreviatura (EC5) faz menção a abordagem da desnutrição e sociedade de Cláudio (2018).Para autor, a fome é uma forma de desnutrição que a maioria da sociedade ainda não conhece, e que infelizmente, ainda mata milhões de crianças no mundo, numa proporção de uma em cada 4

crianças menores de 5 anos de idade, sobretudo em países em desenvolvimento. Fazendo análise do relatório das Nações Unidas (2012), o autor realça a necessidade dos governos e a sociedade civil promoverem políticas nacionais sustentáveis de segurança alimentar e nutricional com base nos sucessos da experiência do Brasil, por via da cooperação Sul-Sul com o foco no desenvolvimento de capacidades nas áreas de alimentação escolar, agricultura familiar, nutrição e segurança alimentar.

No mesmo âmbito de abordagem, vale destacar Danone (2017), ao dar ênfase a questão da desnutrição e a fome oculta, avaliando o seu impacto na sociedade, alertando desta questão não poder ser olhada numa dimensão exclusivamente econômica (acesso a renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional), mas ela, deve ser olhada num contexto multidimensional e que deve estar ligada a questões de identidade cultural de cada povo, grupo social e de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priorização do combate à fome e a insegurança alimentar deve ser a maior prioridade de cada estado na concepção, execução, implementação e avaliação de suas políticas públicas, com ênfase para as ações direcionadas a primeira infância. O estabelecimento das políticas consequentes que possam levar à superação da fome e da desnutrição exige um esforço de integração e articulação de ações governamentais na definição de fome, pobreza, e mesmo alimentação, nutrição e direitos humanos. Nessa pesquisa, foi notória a preocupação dos autores de encararem o fenómeno da desnutrição infantil como um problema de Saúde Pública global fundamentalmente nos países em desenvolvimento onde as várias formas de manifestações deste problema ser mais acentuado. Ficou também claro que nas regiões onde a pobreza extrema, a insegurança alimentar, as desigualdades sociais assim

como as falhas na implementação de políticas sociais e econômicas são assentes, o problema da desnutrição é maior, e que as crianças menores de 5 anos de idade constituem o segmento etário mais exposto, colocando-as em situação de vulnerabilidade.

No caso particular de Angola, a desnutrição infantil constitui um sério problema de Saúde Pública, afetando 38% da população geral das quais 65% destas são crianças abaixo de 5 anos. A desnutrição infantil afeta dois milhões de crianças (16,6%) da população angolana, matando 83 por cada mil crianças menores de 5 anos. As políticas públicas ligadas ao combate à fome e a insegurança alimentar tem constituído a principal preocupação do governo, através quer construção de centros comunitários assim como a introdução da merenda escolar que por um lado não só reduz o absentismo escolar, como também ajuda a diminuir o problema da alimentação que muitas crianças não têm o acesso no seio da família.

Não obstante a este esforço, ainda assim se observa com grande preocupação o problema do acesso das crianças a assistência pediátrica com maior incidência nas zonas rurais onde se regista a inexistência de Pediatras, o que dificulta a identificação precoces principais indicadores de desnutrição. Os resultados do presente estudo fornecem elementos importantes para contribuir ao delineamento de intervenções específicas na dinamização de políticas públicas que visam à redução de casos graves de desnutrição infantil quer em nível de Angola assim como em outros espaços geográficos.

SUGESTÕES

No entanto, para que Angola consiga alcançar a redução dos índices de crianças menores de 5 anos de idade com problema de desnutrição infantil, será preciso manter as ações que favoreçam o poder aquisitivo de bens de primeira necessidade por via de implementação e universalização de políticas públicas relativas a redução da insegurança alimentar. Sugere-se igualmente a

realização de outros estudos utilizando outras amostragens e com a temática que se assemelham a presente investigação, com o intuito de estabelecerem-se comparações e que permitam a análise e compreensão da relevância do fenómeno em análise.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELA, Ivana et al. A desnutrição infantil e seu significado social. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- Brasil**, 2020.
- ANGOLA. Desnutrição infantil: **Inquérito dos Indicadores Múltiplos de Saúde**. Instituto Nacional de Estatística. Luanda, 2021.
- BRASIL. Prevenção e controle de agravos nutricionais. **Secretaria de atenção primária à Saúde**, Brasil, 2017.
- CLÁUDIO Vargas. Desnutrição e sociedade. **Revista Brasileira de Saúde Pública**. SP-Brasil, 2018.
- DANONE. Desnutrição infantil e fome oculta: **Prevenção e sintomas**. Sociedade Brasileira de Pediatria, SP-Brasil, 2017.
- DOURADO, Flávia. Propostas e ações para o combate à desnutrição. **WWW.iea.org**. SP-Brasil, 2020.
- FERREIRA, S, E. A prevenção da desnutrição infantil na área de abrangência da equipe de saúde da família Paulo Alcione. **Rio Branco**. Minas Gerais-Brasil, 2018.
- FLÁVIO, Luiz. Fome, desnutrição e cidadania: **Inclusão social e direitos humanos**. Scielo – Faculdade de Saúde Pública da USP- Brasil, 2019.
- FROTA, Albuquerque, Barroso et al. Desnutrição infantil na família: **Causa obscura**. Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal de Ceará, 2015.
- JOEL Nunes et al. Estado nutricional de crianças em creches do município de Caparaó, em Minas Gerais. **Faculdade de Medicina da UFMG-Brasil**. 2022.
- LANA. Desnutrição: **Causas e consequências no Brasil**. **www.scielo.br.sausoc**. 2020.
- LISBOA. Tipos de desnutrição e os seus efeitos. **Fundação ajuda em ação**. Avenida da Liberdade nº 38 – Lisboa – Portugal, 2018.
- LUCIANE. As consequências da desnutrição no desenvolvimento físico e mental infantil. **SP-Brasil** 2016.
- MARTA. Crise económica e agravamento da desnutrição infantil. **Luanda-Angola**, 2020.
- MINSA. A desnutrição infantil em Angola. **Instituto Nacional de Estatística**. Luanda- Angola. 2020.
- MORAES, Louredo. A desnutrição por má alimentação. **Características clínicas**. **https://brasilecola.uol.com.br.saude**. 2022.
- RAMIREZ. Programa educativo de prevenção da desnutrição em crianças dos 3 aos 5 anos. **Universidade Regional autónoma de Lisboa**, 2017.
- SANI, Ribeiro. Desnutrição infantil: **Definição, manifestações clínicas, prevenção e tratamento**. Luanda-Angola, 2022.
- SEVERINO, Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. **24ª edição**, São Paulo-Brasil, 2017.
- TUBIAS. Cidadania como um fator representativo da Saúde Pública na Zambézia: **Uma abordagem físico-Sociológica da Desnutrição infantil em Mocuba**-Universidade Eduardo Mondlane, Maputo-Moçambique, 2022.
- VITOR, Castanho. Direito à saúde e nutrição na sociedade contemporânea. **www.migalhas.com.br2022**.Brasil.
- VINICIUS Carvalho. A desnutrição nas crianças em Angola: **www.unicef.org**. Angola. 2017.